

## DISCUSSÃO DE GÊNERO NA FORMAÇÃO DOCENTE: ANÁLISE DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Marina Leite Soares<sup>1</sup>  
Danilo Alves Barroso<sup>2</sup>  
Francisca Evelyne Carneiro Lima<sup>3</sup>

### RESUMO

Entendendo a escola como espaço de importância quando se pretende discutir, disseminar e/ou acolher pautas ligadas às questões de gênero, este trabalho foi elaborado na tentativa de entender de que forma os futuros professores estão se colocando sobre esta temática ainda no processo de formação universitária. Por isso tem como objetivo geral descrever a percepção dos estudantes do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará, cursando o sexto e o oitavo semestre, acerca das questões de gênero presentes no curso. Busca ainda investigar de que maneira os discentes avaliam que o curso tem abordado essas questões, seja dentro do currículo seja através de atividades extracurriculares, e compreender a importância da temática para a formação de pedagogos e pedagogas. Com isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa no ambiente da Faculdade de Educação da UFC tendo como instrumento de coleta de informações a entrevista semiestruturada. Como resultado, vemos uma deficiência na disseminação desses conhecimentos nos espaços formais acarretando em uma insegurança em tratar desse tema por parte dos estudantes de Pedagogia. Isso ratifica a importância do debate na busca pelo respeito e equidade, pautas sempre presentes quando se discute as questões de gênero na sociedade.

**Palavras chave:** Gênero, Formação docente, Pedagogia.

### 1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história, o ser humano produziu e ainda produz formas cada vez mais complexas de expressar sua sexualidade. Um elemento desse âmbito diz respeito à identidade de gênero, questão que ultrapassa a estrutura biológica para uma compreensão sócio-política dos corpos, o que, por esta razão, é um tema que fomenta muitos conflitos.

A escola, por sua vez, enquanto instituição social difusora da cultura geral, deve assumir o compromisso de trazer esse tema ao debate crítico para as crianças e adolescentes, no momento propício, a fim de viabilizar um espaço para formação, reflexão e práticas que conduzam a sociedade a um futuro de respeito à diversidade humana.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: marinaleitess@gmail.com.

<sup>2</sup> Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: daniloalbar@gmail.com.

<sup>3</sup> Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: evelynelima\_11@yahoo.com.br.

Assim, este trabalho tem como objetivo geral descrever a percepção dos estudantes do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará (UFC), do sexto e do oitavo semestres acerca das questões de gênero presentes no curso. Ainda, investigar de que maneira o curso tem abordado essas questões a partir da percepção dos alunos, seja dentro do currículo ou através de atividades extracurriculares, e compreender a importância da temática para a formação de pedagogos e pedagogas.

Este trabalho percorre o caminho de entender, por meio da literatura, as questões de gênero na sociedade, suas implicações na escola e os documentos oficiais que tratam desta temática para então nutrir a pesquisa em si. Com os resultados dessa pesquisa, evidenciou-se que a maioria dos estudantes relataram experiências vivenciadas na universidade, porém promovidas pelos estudantes. Demonstraram ainda ter um entendimento superficial dado pelo senso comum ou leitura pessoal acerca dos conceitos básicos. Além disso, reconheciam a importância de dominarem o tema para sua prática profissional apesar de a maioria não se sentir apto devido à falta de informação.

Desse modo, concluiu-se pela necessidade de um protagonismo do curso de Pedagogia da UFC em promover e fomentar ações curriculares e extracurriculares para o debate das questões de gênero a fim de que os discentes possam ser habilitados para debater essas questões no âmbito escolar sob uma perspectiva crítica com os alunos, inclusive para compreender as relações de poder que fundamentam os processos de normatização dos corpos, viabilizando a construção de uma sociedade que prime pela valorização do pluralismo humano.

## 2. METODOLOGIA

Buscando uma maior sensibilidade e flexibilidade na condução deste trabalho, foi por meio da pesquisa qualitativa que encontramos as melhores possibilidades de compreensão da realidade que buscamos investigar. A pesquisa qualitativa tem como principais objetivos analisar, compreender e refletir sobre os sentidos dos fenômenos que envolvem o mundo social. É utilizada principalmente em pesquisas nas quais o nível de realidade não pode ser quantificado, permitindo um aprofundamento maior no mundo dos significados (MYNAIO, 1994).

A pesquisa foi realizada na Faculdade de Educação da UFC durante o segundo semestre de 2018, nos cursos de Licenciatura em Pedagogia Diurno e Vespertino-Noturno. Os sujeitos dessa pesquisa foram escolhidos aleatoriamente entre os estudantes que estavam no sexto e no oitavo semestre do curso, levando em consideração o seu semestre de ingresso. Doze estudantes

foram entrevistados, sendo sete do sexto e cinco do oitavo. Este recorte se deu por acreditarmos que nesse período do curso as e os estudantes possuem uma trajetória maior na faculdade em relação aos que ainda estão nos semestres iniciais.

Como estratégia de pesquisa, inicialmente foi realizado o levantamento bibliográfico das temáticas relacionadas a gênero, formação de professores e currículo. Concomitantemente, realizou-se pesquisa documental onde foi feita a leitura e análise de alguns dos documentos oficiais que regulamenta a formação de professores no Brasil. Escolhemos utilizar como instrumento de coleta de informações a entrevista semiestruturada que é aquela onde um roteiro é pré-elaborado, o qual detém uma flexibilidade que permite ao pesquisador realizar outras perguntas relacionadas ao tema que interessem à pesquisa.

Por meio da entrevista semiestruturada, buscamos investigar que tipos de atividades relacionadas à temática de gênero são promovidas pela Universidade Federal do Ceará, assim como pela Faculdade de Educação; que disciplinas ofertadas envolvem o tema e se os sujeitos envolvidos já participaram delas; a importância da discussão de gênero na formação docente; o conhecimento dos sujeitos acerca de conceitos pertencentes as questões de gênero; como esse conhecimento foi construído e se os sujeitos se sentem aptos a trabalhar com diversidade de gênero no ambiente escolar.

### **3. GÊNERO E EDUCAÇÃO NO BRASIL**

Percorrendo brevemente o percurso histórico em que a abordagem da sexualidade humana adentrou na seara educacional brasileira, evidencia-se que este processo é recente, uma vez que teve início nas décadas de 20 e 30 e estabeleceu-se, de imediato, sob uma perspectiva higienista e moral (CÉSAR, 2009, p. 4). No início da década de 60, a temática voltou ao foco de debates no Brasil em virtude do movimento feminista, dos movimentos gays e lésbicos, dos movimentos por direitos civis, entre outros, os quais se alinharam com as novas propostas pedagógicas que emergiam ao tempo, (CÉSAR, 2009, p. 5). Advinda a ditadura militar, a temática foi novamente suprimida do âmbito educacional.

Na década de 70, 80 e 90, a abordagem da sexualidade no âmbito educacional assumiu outros rumos, influenciados pelo aumento do índice de indivíduos com HIV/AIDS e outras DST's e de gravidez na adolescência, o que retomou a perspectiva biológica inicial, deixando em segundo plano a epistemologia a partir do gênero que estava sendo construída pelas análises sociológicas (CÉSAR, 2009, p. 6-8).

Empós anos de embate político e lutas dos movimentos sociais, a partir da Constituição Federal, da Lei das Diretrizes da Educação e do Plano Nacional Curricular, dentre outros documentos normativos complementares, inseriu a necessidade da abordagem da sexualidade no âmbito escolar, através da introdução da temática do gênero, porém ainda dentro de uma perspectiva normatizadora e binária dos corpos.

### 3.1. O conceito de gênero, identidade de gênero e orientação sexual

Nesse ponto, utilizaremos a definição de gênero desenvolvida pela historiadora em educação Joan Scott para introduzir o tema:

My definition of gender has two parts and several subsets. [...] The core of definition rests on an integral connection between two propositions: gender is a constitutive element of social relationships based on perceived differences between the sexes, and gender is a primary way of signifying relationships of power. (1986, p. 16)<sup>4</sup>

O conceito supratranscrito, de imediato, afasta a percepção de uma identidade entre os conceitos de sexo e gênero. O primeiro relaciona-se ao aspecto biológico (macho-fêmea). O segundo refere-se ao aspecto antropológico e social, ou seja, a percepção dos indivíduos dentro de uma sociedade acerca das diferenças entre os sexos influenciadas pelos conceitos normativos propagados pela religião, pela ciência, pela educação, pela família, etc. (SCOTT, 1986, p. 16).

Tal conceito citado acima ressalta que essa diferença de percepção representará a primeira forma de fundamentar as relações de poder. Verifica-se, então, que o gênero enquanto uma categoria de análise na contemporaneidade estabelece um sistema binário – homem e mulher - normatizador dos corpos, o qual segue legitimado pelo ordenamento jurídico, criando um parâmetro de oposição entre normalidade e anormalidade, valor e desvalor. Dentro desse sistema normatizador, “os corpos que escapam aos padrões divulgados como normais com relação ao gênero, ou são convocados a recobrem a considerada normalidade, ou são constituídos como corpos os quais é necessário afastar, isolar.” (REIS; PARAÍSO, 2014, p. 17).

O que se verifica é que o sistema normatizador binário imposto aos corpos dos indivíduos não consegue abranger todas as manifestações de sexualidade do ser humano, tanto no que se refere a sua identidade de gênero quanto a sua orientação sexual.

---

<sup>4</sup> “Minha definição de gênero tem duas partes e várias subpartes. O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.”

No que diz respeito à identidade de gênero, trata-se da construção subjetiva que o indivíduo tem em relação a sua identidade, a qual não resulta de um processo de escolha, mas de um emaranhado de fenômenos sociais (SCOTT, 1986, p. 17-18). Não se resumem, portanto, ao binarismo masculino e feminino, uma vez que existem os indivíduos transgêneros<sup>5</sup>.

A orientação sexual, por sua vez, é “a diversidade de possibilidades de viver a sexualidade, pois significa a orientação que cada sujeito dá ao exercício da sua sexualidade.” (GOELLNER, 2009, p.76). Portanto, saindo do modelo heteronormativo, evidenciamos a presença de orientações homossexuais, bissexuais, assexuais e pansexuais, o que demonstra a variedade de manifestações da sexualidade que o ser humano é capaz de realizar.

Desta feita, evidencia-se que o gênero representa uma importante categoria de análise das relações sociais e de poder estabelecidas na sociedade, especialmente para criticar quais as imposições e comportamentos sobre os corpos são exigidas, reprimindo os demais que não se enquadram dentro das normas produzidas pela cultura predominante. Fica evidente, portanto, a complexidade e a urgência da discussão da temática na sociedade.

### 3.2. Gênero, formação do professor e escola

Tratar da temática acerca do gênero no âmbito escolar, diante das considerações acima espostas, é de vital importância para o desenvolvimento dos indivíduos, especialmente diante da diversidade presente nessa seara. César ressalta essa importância, mas denuncia alguns desafios ao relatar que

Pesquisas realizadas com professoras/es e alunas/os vêm demonstrando a necessidade de uma formação específica tendo em vista a diversidade sexual presente no universo escolar. Alunas/os e professoras/es *gays*, lésbicas, bissexuais e transexuais compõem a diversidade contemporânea da instituição escolar; entretanto, para esta instituição que nasceu disciplinar e normatizadora, a diferença, ou tudo aquilo que está fora da norma, em especial, a norma sexual, mostra ser insuportável por transbordar os limites do conhecido. Assim, um trabalho que assuma como princípio a diversidade sexual marca a entrada em um “campo epistemológico” desconhecido, na medida em que a “epistemologia” reconhecível é a do sistema heteronormativo de correspondência entre sexo-gênero. (CÉSAR, 2009, p.13)

---

<sup>5</sup> [...] a não conformidade com a norma de gênero está na raiz do fenômeno transgênero, sendo ela – e nenhuma outra coisa – que determina a existência do fenômeno transgênero. [...] A transgeneridade é um fenômeno extremamente amplo, podendo apresentar uma imensa variedade de manifestações. O termo transgênero também vem sendo utilizado para classificar pessoas que, de alguma forma, não se reconhecem e/ou não podem ser socialmente reconhecidas nem como “homem”, nem como “mulher”, pois a sua identidade de gênero não se enquadra em nenhuma das duas categorias disponíveis. (ARAÚJO; THEOPHILO, 2019, p. 79, apud Lanz, 2014, p. 70-71)

O desafio que se verifica, portanto, é que a escola, através da direção e dos professores, assegurados por um currículo que os orienta, ainda está produzindo e sustentando corpos generificados dentro do sistema normatizador binário.

Relacionado a este fato, evidencia-se que nos espaços acadêmicos existe uma escassez generalizada de debates acerca do tema fomentados por eventos promovidos pela universidade ou previstos e implementados pela estrutura curricular dos cursos de licenciatura, o que tem reflexos profundos nas futuras práticas pedagógicas dos docentes em formação. Sobre tal fato elucida Louro (2003) que

“[...] a dificuldade de discutir esses temas dentro do ambiente escolar, uma vez que os/as educadores/educadoras são vulneráveis, sentem-se inseguros/inseguras e sem qualquer preparo para discutir os temas gênero e sexualidade ou para conviver com alunas/alunos de diferentes identidades sexuais e de gênero. Provavelmente, sentem-se assim por um processo histórico de negação às diversidades sexuais e de gênero, principalmente quando o que está em pauta é um espaço escolar embasado por perspectivas essencialistas e normatizantes acerca das identidades.” (apud. DINIS; CAVALCANTE 2008, p. 104-105)

Desse modo, constata-se que os professores, por não vivenciarem estes debates ao tempo de sua formação, enfrentam dificuldades para lidar com a diversidade sexual no âmbito escolar, perpetuando modelos normatizadores binários dos corpos dos educandos, apesar da realidade contemporânea não suportar mais estas normas.

### **3.3. Documentos oficiais e a abordagem do tema gênero**

Em 1988, a nova Constituição Federal, em seu artigo 205, passou a considerar a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. O artigo 206 estabeleceu alguns princípios do ensino, dentre os quais destacamos o “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;”. Verifica-se que não houve menção à questão de gênero como um elemento necessário a ser tratado pelo ensino, deixando ao encargo das legislações e regulamentos mais específicos a incumbência de fazê-lo.

Empós, a Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases (LDB), estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional. Apesar de posterior à CF, a LDB não avançou na abordagem da

temática do gênero, reproduzindo o texto constitucional no que tange ao pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Em um âmbito de confrontos presentes entre as ações hegemônicas e a luta dos professores por uma formação que venha a satisfazer as exigências de uma educação de qualidade, foi emitida a resolução CNE/CP nº 1/2006 que institui as Diretrizes Curriculares para os cursos de Pedagogia. No referido documento, exige-se uma formação social para o discente, a qual garantirá a aquisição de habilidades essenciais para o exercício da profissão de pedagogo. Em seu art.5º, destacam-se as aptidões necessárias exigidas de um concludente do curso de Pedagogia, dentre as quais destacamos:

- V - reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;
- X - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras; (BRASIL, 2006, p. 2).

Pelo texto supratranscrito, atesta-se que o curso de Pedagogia deve proporcionar aos discentes experiências acadêmicas em que os mesmos possam lidar de forma segura com as questões atinentes à diversidade de gênero e escolhas sexuais no âmbito escolar, promovendo a socialização, o diálogo e a sensibilidade afetiva na construção de uma sociedade equânime.

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC), por sua vez, é uma ferramenta que apresenta a concepção do curso de graduação, as bases da gestão acadêmica, pedagógica e administrativa, os fundamentos educacionais condutores de todas as intervenções a serem utilizadas no gerenciamento do processo de ensino-aprendizagem da graduação. O PPC do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará abrange vários princípios, dentre eles os propósitos gerais do curso, a matriz curricular e a particular operacionalização, a carga horária das atividades didáticas e da integralização do referido curso, a visão e a organização das práticas de estágio curricular, a concepção e a estruturação das atividades complementares.

A partir da leitura do PPC do curso de Pedagogia UFC, podemos perceber um destaque para a formação ética do educando, apresentando a palavra gênero nos seguintes tópicos: perfil do egresso, princípios norteadores, competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos educandos, áreas de atuação, etc. O texto traz consigo a ideia de formar um agente social e político que venha desenvolver uma consciência da diversidade humana e que respeite as diferenças de natureza ambiental, étnico, racial, de gênero, necessidades especiais, classes sociais, religiosas, políticas, ideológica, escolha sexual, entre outras.

No que se refere ao currículo, verifica-se que há a previsão explícita da abordagem da temática gênero no currículo 2014.1 apenas no componente curricular PC0078 – Educação Sexual nas Escolas - 32h/a, sendo de caráter opcional. Esta cadeira traz em sua ementa temas atuais da educação sexual, tais como a atuação do educador, as implicações e as responsabilidades da família e da escola, a evolução psicosssexual da criança e do adolescente, as repressões, as liberações e a patologia da sexualidade, a morfologia e a fisiologia sexual.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentados demonstram: de que maneira os estudantes do curso de Pedagogia Diurno e Vespertino-Noturno da UFC percebem as questões de gênero; quais espaços de formação, ligados a temática, os entrevistados já participaram, seja dentro da FACED ou na universidade; se os entrevistados têm conhecimento de alguma disciplina que trate de questões de gênero; se os mesmos já cursaram esse componente curricular e, se sim, de que maneira o assunto foi abordado; se sabem explicar a diferença entre sexo, gênero e orientação sexual; onde compreendem que adquiriram esse conhecimento e, por fim, se se sentem aptos a trabalhar com diversidade de gênero no ambiente escolar.

As entrevistas foram realizadas com sete estudantes do 6º Semestre, sendo quatro do curso diurno e três do curso vespertino-noturno e cinco estudantes do 8º Semestre, sendo dois do curso diurno e três do curso vespertino-noturno. Dentre os 12 entrevistados, seis se identificaram como sexo feminino e seis como sexo masculino.

Ao serem perguntados sobre atividades de formação proporcionadas pela FACED ou pela UFC com relação a temática de gênero: um (a) entrevistado (a) disse não ter participado de nada sobre o tema e outro (a) disse ter participado de apenas uma, não dando maiores detalhes sobre a atividade. Outros dois citaram um minicurso promovido durante a Semana de Pedagogia da UFC no ano de 2015 e de 2016. Os (as) demais, apresentaram em comum relatos de participação em rodas de conversa, mesas redondas e espaços de debates que foram promovidos por Centros Acadêmicos da Pedagogia, da Letras e da História, e também pelo Programa de Educação Tutorial do curso de Pedagogia da UFC, todos de iniciativa estudantil. Apresentam também em comum, a participação em momentos de formação proporcionados por movimentos sociais, mais especificamente, por Movimentos Feministas. O (a) Estudante G, ao ser perguntado (a) sobre participação nesses espaços, relatou que “na FACED nenhuma, apesar dos estudantes do curso serem a grande maioria mulheres, não há espaços de diálogos, discussão ou intervenções sobre a temática”.

Ao serem perguntados (as) sobre quais disciplinas ofertadas pelo Curso de Pedagogia da UFC tratam sobre as questões de gênero, quatro pessoas citaram a disciplina “Educação Sexual” como exemplo e desses apenas um (a) afirmou ter cursado a mesma, informando que a discussão sobre as questões de gênero apareceu “no âmbito das questões histórico-psicológicas na construção da sexualidade humana”. Um (a) acrescentou ainda que a disciplina “Formação Intercultural” e a disciplina “Identidade, Diferença e Diversidade” podem abordar o tema. O (a) Estudante C relatou que “outras disciplinas trazem referências bibliográficas básicas sobre, ao menos é o que é disposto no PPC”. Uma pessoa trouxe ainda “Sociologia da Educação” e “Filosofia da Educação” como disciplinas que abordam superficialmente o tema. Dos doze entrevistados, oito pessoas afirmaram não ter conhecimento da oferta de disciplinas que tratem desta temática.

No que concerne à importância que os entrevistados conferiram ao desenvolvimento de debates acerca do assunto na formação de professores, todos os doze entrevistados afirmaram a importância da promoção dessas discussões durante o período de formação acadêmica. Dez alunos afirmaram que a relevância desta temática dar-se pela existência de uma enorme diversidade dentro da sociedade, a qual deve ser apresentada e debatida com os educadores em formação a fim de evitar e combater preconceitos, tanto advindos destes como dos futuros alunos.

As entrevistadas B, G e J, todas do sexo feminino, apontaram as relações de poder que envolvem as questões de gênero, ressaltando a estrutura patriarcal de sociedade estabelecida, afirmando a entrevistada G que “um curso que forma prioritariamente mulheres, e coincidentemente ou não, tem uma remuneração baixa e grande desvalorização do profissional” deve atentar urgentemente a esta temática.

O entrevistado C, sexo masculino, destacou “A sexualidade faz parte da constituição da pessoa e os professores, enquanto agentes de desenvolvimento humano, precisam estar aptos a reconhecerem e a promoverem o acesso a esse tipo de conhecimento por parte dos educandos. Esse é um dos saberes sobre o mundo que precisam ser socializados pela escola (também), especialmente em um contexto de variados tipos de violência contra mulheres e a população LGBT. É preciso ter acesso a esse conhecimento para que se tenha uma percepção mais plástica, saudável (registre-se quão nociva é a concepção vigente de masculinidade para o próprio homem) e real sobre sexo, prazer, gênero e identidades.”

Quando questionados acerca da diferença entre os conceitos de sexo, gênero e orientação sexual, apenas dois entrevistados se negaram a tentar informar o que compreendem sobre esses conceitos, ainda que oriundos do senso comum. Os demais entrevistados

relacionaram o sexo à biologia do indivíduo, ligada ao órgão sexual e ao DNA (macho-fêmea); o gênero à identidade do ser, como este se reconhece e se assume na sociedade (masculino, feminino, homem trans, mulher trans, sem gênero, etc.) e a orientação sexual com as pessoas com quem escolhem se relacionar e apresentam desejo sexual (heterossexual, homossexual, bissexual, etc.).

Importante ressaltar a fala recorrente dos entrevistados de que se arriscariam a diferenciar, porém que não detinham absoluta certeza do que explanavam, demonstrando insegurança no domínio dos conceitos. O entrevistado H relatou “sexo seria algo mais ligado a como cada pessoa nasce; gênero, seria como uma pessoa de fato se identifica, não é uma questão de escolha, é algo que se consegue se ver sendo de um gênero. Orientação sexual se liga a questão do modo com a pessoa se atraí por outra. Essas definições são somente a grosso modo, pois sei que preciso aprender mais sobre o assunto.”

No que se relaciona a construção de conhecimento sobre as questões de gênero, seis dos doze entrevistados apontaram que essa construção veio da vivência no âmbito universitário. Cinco pessoas mencionaram que construíram através de conversas informais, e dois destes citaram a vivência com o movimento estudantil. Ainda quatro pessoas afirmaram que construíram por meio de leituras, discussões e estudos sobre a temática. Dentre os entrevistados, um citou que essa leitura foi feita em uma rede social. Apenas uma indicou a construção através da educação básica.

Já no que diz respeito à questão de estarem aptos a trabalhar a temática no âmbito escolar, quatro dos doze entrevistados (as) afirmaram que sim, estão aptos. Oito citaram que não estão aptos ou não sabem se estão e apontam a necessidade de uma formação complementar a sua graduação para o trabalho da temática em sala de aula. Dentre as falas dos (as) entrevistados (as), destacamos a do (a) Estudante D, que afirma que “Eu entendo um pouco sobre, mas não sei se estou preparada, já presenciei cenas que eu poderia intervir na sala de aula, mas eu não soube como fazer, então por isso seria importante que tivesse alguma formação na universidade sobre essa questão”. Um (a) entrevistado (a) mencionou que trabalharia a temática, mas seria pelo senso comum.

De todos os entrevistados, apenas quatro se sentem aptos para lidar com essas questões no ambiente escolar, os outros oito, além de afirmar a não aptidão comentaram ainda que é necessário fazer muitas leituras para poderem sentir segurança no assunto. Todos os entrevistados ressaltam a importância da temática para a formação de professores por ser uma questão atual e que certamente estará presente no ambiente escolar.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora seja um tema de discussão extremamente importante na sociedade, na formação de professores e no ambiente escolar, as questões de gênero são um assunto ainda muito pouco discutido, como fica evidente através das respostas obtidas nas entrevistas realizadas. Se essa discussão ainda é escassa no ambiente universitário, na educação básica ela é mais ausente ainda. Se os professores e professoras não recebem esse tipo de formação na academia, logo não possuem bases bem fundamentadas para levar a discussão para as suas salas de aula. O que se tem como resultado desse processo são estudantes que pouco ou nada sabem sobre o assunto, seja no âmbito escolar, seja no âmbito universitário. Assim, a este fluxo contínuo de omissões e recusas segue-se o aprofundamento dos conflitos que envolvem as questões de gênero na sociedade.

O curso de Pedagogia da UFC possui disciplinas regimentadas pelo PPC, que teoricamente deveriam suscitar esses debates, porém o que fica evidente na fala dos entrevistados é que, embora os componentes curriculares existam, o assunto é por vezes negligenciado e passa despercebido. A disciplina “Educação Sexual nas Escolas”, assim como a “Formação Intercultural” e “Identidade, Diferença e Diversidade”, que são citadas pelos entrevistados, possuem grande potencial para iniciar essas discussões dentro do curso e precisam ser melhor evidenciadas para os estudantes já que a grande maioria não tem conhecimento da sua existência.

Com relação ao conhecimento acerca dos conceitos sexo, gênero e orientação sexual, percebemos que os entrevistados, em sua maioria, conseguem distinguir bem cada um dos conceitos, mesmo que de maneira superficial. Desse modo, se houvesse maior aprofundamento do tema, certamente teríamos profissionais qualificados para tratar dessas questões no âmbito da escola, viabilizando a ampliação do debate para a compreensão de como a sociedade se organiza utilizando-se da normatização dos corpos para estabelecer padrões de relações de poder.

Em linhas gerais, o conhecimento que os entrevistados possuem ligados às questões de gênero foram aprendidos através de leituras pessoais e principalmente por meio da participação de momentos de formação promovidos por estudantes e movimentos sociais. Esse fato, chama-nos atenção pois demonstra a ausência dessa temática nos espaços de educação formal, como a escola e a universidade, porém a existência de um interesse por parte dos educadores em formação que não é atendido pela universidade.

Assim, confirmamos a importância, a necessidade e a urgência da discussão de gênero na formação de professores, não só da UFC, mas de todos aqueles que em breve estarão no espaço da escola, exercendo a função de professoras e professores, uma vez que discutir gênero na escola e na academia é levar aos estudantes a oportunidade de debater criticamente as possibilidades humanas de desenvolvimento de identidade de gênero bem como das relações de poder que consolidam e enrijecem os padrões correntes, viabilizando o respeito e o fomento da diversidade humana para a formação de uma sociedade plural e justa para todos.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Erika Barbora; THEOPHILO, Glaucia Lima de Magalhães. **Transgêneros: ainda incompreendidos?**. Revista Docência e Cibercultura: Rio de Janeiro, 2019, v. 3, n. 1, p. 73-101.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, dez. 2008.

\_\_\_\_\_. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (n. 009394). Brasília, 1996. Disponível em: [www.senado.gov.br/legbras](http://www.senado.gov.br/legbras).

\_\_\_\_\_. **Conselho Nacional de Educação**. Parecer CNE/CP n.º 3/2006. Diretrizes curriculares da Pedagogia. Brasília, 2006. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp003\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp003_06.pdf)> Acesso em: 29 março 2018.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. **Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "Epistemologia"**. Educar em Revista: Paraná, 2009, n. 35, 2009, p. 37-51.

GRIGGS, R. **Psicologia: Uma abordagem concisa**. 2a ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e do reconhecimento da diversidade**. Caderno de Formação RBCE: Brasília. 2010, p.71-83.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, história e educação: construção e desconstrução**. Educação e Realidade: Porto Alegre, 1995, v. 20, n. 2, p. 101-132.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social: método e criatividade**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA (LICENCIATURA)**. Coordenação do curso de Pedagogia. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Ceará. 2014.

SCOTT, Joan W. **Gender: A Useful Category of Historical Analysis**. The American Historical Review: Inglaterra, 1986, v. 91, n. 5, p. 1053-1075.